



Índice

- 01** [Processo de digitalização de documentos é iniciado no Museu do Índio](#)
- 02** [Norte Energia tem 60 dias para comprar terras para indígenas](#)
- 03** [Prefeito Mostra sua Força e influencia Política e juntamente com os Índios Karajá, mantém Pólo do SESAI em São Félix do Araguaia](#)
- 04** [MPF pede reforço policial no sul da Bahia devido a conflito](#)
- 05** ["Terra de Índio", o interesse pela ocupação ilegal](#)
- 06** [Profissionais estrangeiros que vão atuar no Mais Médicos conhecem a Casa de Saúde Indígena de Brasília](#)
- 07** [Médicos cubanos vão para aldeias e temem problemas com a língua indígena](#)
- 08** [Nota Pública de Apoio aos Tupinambá](#)
- 09** [UEMS oferece curso de extensão sobre a questão indígena](#)
- 10** [Equipes atendem famílias da área rural e indígena para cadastro de benefício](#)



Processo de digitalização de documentos é iniciado no Museu do Índio

SÍTIO BRASIL.GOV.BR, 09.09.2013

Iniciativa faz parte do Programa Memória do Mundo. Acervo do museu é relativo a 50 anos da política indigenista, do século XX, que serão totalmente disponibilizados na internet

O processo de digitalização de documentos chegou ao Museu do Índio no dia 26 de agosto, quando o acervo textual do Serviço de Proteção ao Índio passou a ser digitalizado. O material, relativo a 50 anos da política indigenista do século XX, será totalmente disponibilizados na internet. O acesso "online", faz parte das metas do programa de preservação digital da instituição, que dá início mais uma etapa de seu cronograma de trabalho: a digitalização de 106 metros lineares, totalizando cerca de 800 mil páginas de documentos.

O modelo de digitalização adotado pelo Museu do Índio segue os padrões recomendados pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), o que vai garantir a integração com sistemas de acervos digitais de outras instituições. Os documentos originais serão higienizados e ganharão novos acondicionamentos com o objetivo de garantir a eficácia de sua preservação. O novo projeto, orçado em um milhão de reais, garantirá a preservação do acervo histórico de essencial importância para a fundamentação dos processos de demarcação de terras indígenas.

Qualificação

Também em agosto foi entregue a primeira bolsa destinada a pesquisadores indígenas do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, desenvolvido em cooperação técnica internacional com a Unesco. No total serão beneficiados 100 jovens de aldeias de todo o País, integrantes das equipes de projetos desenvolvidos em parceria com povos de todas as regiões do Brasil.

O objetivo é capacitar jovens indígenas em técnicas e metodologias de documentação de suas línguas e de registro sonoro, fílmico, fotográfico e /ou textual de aspectos de suas culturas. A iniciativa atende a demanda dos próprios índios, interessados em garantir a preservação e reprodução de conhecimentos aprendidos de seus mestres e anciões para as futuras gerações.

O diretor do Museu, José Carlos Levinho, falou sobre os profissionais que executam o trabalho, "por necessitar de cuidados técnicos, os profissionais que trabalham na digitalização são todos qualificados, foi montado uma estrutura para atender dois turnos e dar agilidade ao processo".

A salvaguarda dos materiais produzidos em acervos digitais vai permitir que as informações estejam permanentemente disponíveis. Segundo a coordenadora de patrimônio cultural, Ione

CONT.



Couto, devido a quantidade muito volumosa de documentos, este material deve estar disponível ao público no máximo em dois anos. "No passado as pessoas tinham que vir ao Museu, para fazer suas pesquisas, com a digitalização colorida, que dá a realidade do fato, este deslocamento nem sempre é necessário", afirma Ione.

Memória do Mundo

Guardada nos acervos e arquivos do Museu do Índio, em Botafogo-RJ, a documentação abrange o período a partir de 1910 – data da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Incluído no Programa Memória do Mundo da Unesco, em 2008, por sua importância fundamental para as sociedades indígenas e toda a humanidade, o fundo SPI reúne um volume expressivo de documentos de localização, demografia e migração, entre outras informações relativas a aspectos culturais.

Incêndio

Em 1967, quando o SPI foi extinto para dar lugar à Funai, um incêndio destruiu quase totalmente o acervo, na sede em Brasília. Desde 1976, todo o material vem sendo recuperado pelo Museu do Índio por meio de um trabalho sistemático realizado a partir de cópias carbonadas arquivadas pelas unidades administrativas criadas pelo SPI em vários pontos do País.

Tal esforço possibilitou o resgate de documentos textuais, audiovisuais e etnográficos provenientes do trabalho desenvolvido por indigenistas das agências oficiais de proteção ao índio no início do século passado. O acervo é constituído de 195.737 documentos textuais (795.602 páginas), 519 desenhos originais, 87 impressos aquarelados, 14.766 negativos fotográficos de 35 mm, 4.066 negativos fotográficos 6x6 cm, e 3.432 fotografias, além de 23 filmes cinematográficos de 35 mm e um de 16 mm.

O material inclui também cerca de 300 documentos sonoros. Toda a documentação iconográfica do Fundo SPI já foi digitalizada e está disponível na base de dados do Museu do Índio.

A sistematização dos dados sobre esse patrimônio documental dá voz às diversas etnias indígenas brasileiras, contribuindo para o processo de demarcação das suas terras. Deste modo, a Funai, por meio do Museu do Índio, cumpre uma de suas principais missões, que é desenvolver reais mecanismos de inclusão política, permitindo que os índios tenham acesso às informações que lhe dizem respeito.

Fontes:
Funai



Norte Energia tem 60 dias para comprar terras para indígenas
SÍTIO EXAME, 09.09.2013

Justiça determinou que a companhia responsável por Belo Monte compre terras para indígenas Jurunas, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil

São Paulo - A Justiça Federal do Pará deu prazo de 60 dias para que a Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica Belo Monte, no Pará, compre terras para os indígenas Jurunas, sob pena de multa diária de 200 mil reais após transcorrido o prazo.

A decisão liminar foi concedida pelo juiz federal da Subseção Judiciária de Altamira, Sergio Wolney Batista Guedes, em atendimento a pedido do Ministério Público Federal, na sexta-feira.

A compra de terras para criação de reserva indígena para os Jurunas do quilômetro 17 é uma das condicionantes do processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica Belo Monte que não foi cumprida, segundo o MPF.

De acordo com a decisão, a aquisição dos imóveis deve ser indicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para a criação da Reserva da Comunidade Indígena Jurunas do km 17.

No final de agosto, a Funai enviou ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) dizendo que a Norte Energia não cumpriu condicionante relacionada à compra de terra para indígenas e solicitando que fossem adotadas medidas para responsabilizar o empreendedor pelo descumprimento da condicionante.

A Norte Energia informou por meio da assessoria de imprensa nesta segunda-feira que ainda não foi notificada da decisão da Justiça e não iria comentar sobre o tema.

A usina hidrelétrica Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, no Pará, e terá cerca de 11 mil megawatts (MW) de potência instalada quando estiver totalmente construída.

Entre os acionistas da Norte Energia, estão Eletrobras e suas subsidiárias (49,9 por cento), Neoenergia (10 por cento), Cemig e Light (9,77 por cento), além de fundos de previdência Petros (10 por cento) e Funcef (10 por cento).



Prefeito Mostra sua Força e influencia Política e juntamente com os Índios Karajá, mantém Pólo do SESAI em São Félix do Araguaia

SÍTIO REPORTER DO ARAGUÁIA, 09.09.2013

As lideranças indígenas dentre elas, Rodrigo Kanela Conselheiro, Samuel Yriwana Karajá Assessor indígena, Edmilson Moreira Karajá vice presidente do Conselho Distrital (CONDISI), Daniel Coxini representante da aldeia Fontoura, o coordenador do DSEI, Milton Souza, vereador Wiraro Karajá da cidade Lagoa da Confusão – TO, Kurehete Karajá, Pastor João Werriá Karajá, vereador de Luciara e vice cacique do Povo Kanela Wesley Kanela, Conselheira Eliana Karajá e cacique da aldeia Santa Isabel Sansão Karajá, depois de ocuparam prédio do SESAI em São Félix do Araguaia – MT, exigindo a destituição do Coordenador do Distrito Milton Martins de Sousa Distrito por falta de diálogo e a permanência do Pólo do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) no município de São Félix, no dia 27 de agosto juntamente com prefeitos de São Félix do Araguaia José Antonio de Almeida (Baú), Luciara - MT Faustino e do Alto Boa Vista - MT Leuzipe, estiveram em Brasília com o objetivo de fazer com que o Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza entenda que a permanência do Distrito na cidade de São Félix é fundamental para os indígenas que pertencem ao Pólo de São Félix.

Segundo os indígenas estão confiantes quanto à promessa do prefeito Baú que ofereceu uma estrutura suficiente para permanecer no município, pois o que os Indígenas da etnia Tapirapé questionam é a falta de estrutura e dizem que na cidade de Confresa – MT a estrutura é melhor. O prefeito Baú está lutando junto com os indígenas e interferindo e brigando pelo povo Karajá que querem a permanência distrito na cidade de São Félix do Araguaia. O vice-presidente Edmilson disse que o Secretário Antonio Alves garantiu que o Pólo continuará em São Félix do Araguaia. “Vencemos uma batalha agora vamos partir para a final que será conscientizar o povo Karajá que o Distrito não saia de São Félix”, com concluiu Edmilson

No dia 02 de setembro no gabinete da prefeitura o prefeito Baú e representantes indígenas Edmilson Karajá, Rodrigo Kanela e Dr. Samuel Karajá voltaram a se reunirem, o prefeito Baú prometeu doar os terrenos necessários para construção Sede do DESEI, o Pólo Base e a Casa de Saúde Indígena (CASAI), os representantes indígenas comemoraram e agradeceram o prefeito pela sua participação na luta com os povos indígenas, desde ida a Brasília sempre procurando estar lado a lado e buscando soluções diante de situações vividas pelo o povo indígenas que consideram um avanço e uma conquista, ter o prefeito somando força e propondo doar os terrenos para que os indígenas possam contar com uma estrutura diferenciada na região do Araguaia já é uma conquista.

Segundo um dos líderes Karajá quem estava lutando pela tirada do SESAI de São Félix são os índio Tapirapé, “O presidente do conselho traiu e fez campanha usando o carro da SESAI que não é correto, tentando manipular o povo Karajá”, finaliza Samuel

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2013

Brasília, 10 de setembro de 2013.

O povo indígena passa por um momento muito difícil, com processos de demarcação e recuperação de terras, discriminação, direitos garantidos pela Constituição sendo derrubados a cada dia e muito descaso do poder público.

De acordo com uma das lideranças indígenas da etnia Karajá disse que as reivindicações vieram em boa hora aos índios que pertencem ao Pólo de São Félix do Araguaia, uma vitória em ver a disponibilidade de o prefeito doar os terrenos para a construção do Pólo no município. Os indígenas enfrentam vários problemas alguns são: serviços precários de saúde, proliferação de doenças, águas envenenadas por fazendeiros, ameaças de pistoleiros, repressão policial, trabalho escravo, prostituição, racismo nas cidades.

ida Aguiar/O Repórter do Araguaia



MPF pede reforço policial no sul da Bahia devido a conflito

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 09.09.2013

Brasília – O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Ministério da Justiça e ao governo da Bahia que reforcem o policiamento no sul da Bahia, sobretudo na região conhecida como Serra do Padeiro, onde índios tupinambás ocupam várias propriedades rurais como forma de pressionar o governo federal a concluir o processo de criação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Após se reunirem com lideranças indígenas, agricultores e com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Federal (PF) e de órgãos de proteção dos direitos humanos, os procuradores da República em Ilhéus expediram ofícios ao ministério e ao governo estadual apontando que o número de policiais na região é insuficiente para dar conta do conflito entre índios, produtores rurais e outras pessoas que se sentem ameaçadas pela reivindicação indígena.

Além de pedir o incremento das forças de segurança pública na região, o MPF solicitou ao Ministério da Justiça que se manifeste sobre a criação da terra indígena. A área que os tupinambás alegam ter pertencido ao seu povo mede 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) e abrange parte do território das cidades de Buerarema, Ilhéus e Una. Foi identificada e delimitada pela Funai em 2009, mas, desde então, os índios continuam esperando que o Ministério da Justiça publique a portaria em que reconhece a área como território tradicional indígena.

Para os procuradores da República, o “silêncio gera incerteza, tensão e acirramento dos ânimos, sendo uma das principais causas dos conflitos na região”. Conforme a noticiou-se na última sexta-feira (6), a tensão entre índios e produtores rurais vêm se intensificando nas últimas semanas, apesar da presença da Força Nacional e de o efetivo da Polícia Militar ter sido reforçado na região. Ninguém, nem as próprias lideranças do movimento indígena, sabe ao certo quantas fazendas os índios já ocuparam em cidades como Buerarema (principal foco do conflito), Ilhéus e Una. Com o número de propriedades ocupadas aumentando, crescem a tensão e os registros de atos de violência.

Só nas duas últimas semanas, depois que a Força Nacional chegou à região, estradas ficaram bloqueadas, casas e veículos foram incendiados e estabelecimentos comerciais saqueados. Um trabalhador rural foi baleado durante uma ocupação. Um índio foi morto a tiros em circunstâncias que as autoridades ainda estão investigando, mas que os índios dizem ter relação com a disputa por terras com os produtores rurais. Um carro que transportava três professores do Instituto Federal da Bahia foi atacado após um grupo de pessoas que participava de ato contra a criação da terra indígena identificar que um dos professores era índio. Além de agredir os professores, os agressores levaram o carro, que foi encontrado incendiado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2013

Brasília, 10 de setembro de 2013.

Na sexta-feira (6), ao ser procurado o Ministério da Justiça, a quem está subordinada a Força Nacional informou, por e-mail, que o efetivo militar foi enviado ao sul da Bahia para apoiar a Polícia Federal e as forças locais a garantirem a segurança e evitar conflitos fundiários e que o número de policiais da tropa especial pode ser ampliado caso o governo estadual entenda ser necessário e solicite.



"Terra de índio", o interesse pela ocupação ilegal

SÍTIO PORTAL PRUDENTINO, 09.09.2013

*João Bosco Leal

Vivemos em um país que, atendendo a interesses escusos e quase sempre externos, cria tantas reservas ecológicas, parques de preservação e áreas indígenas que literalmente inviabiliza economicamente várias propriedades, municípios ou até mesmo estados, como o de Roraima.

Projetos como os de construção de usinas hidrelétricas, extremamente importantes para o desenvolvimento de determinadas regiões, são de difícil aprovação nos Ministérios, como o do Meio Ambiente e outros.

Se na região onde seria construída houver alguma aldeia indígena, nossos governantes têm aceitado ouvir opiniões e palpites de atores, cantores, brasileiros e estrangeiros, todos totalmente ignorantes em relação ao assunto, mas inteligentes o bastante para saber que sua posição em favor de uma aldeia indígena - que sequer conhecem -, lhes dará muita visibilidade na mídia, o que, afinal, é o que realmente lhes interessa.

Com a presença de estrangeiros na promoção de protestos contra a sua construção, a obra é interrompida diversas vezes e o governo, sob pressão, muda radicalmente o projeto, alterando o local de sua implantação, mesmo que isso custe milhões ou bilhões de reais aos cofres públicos.

A nova usina deixa então de alagar a área de cinquenta famílias de indígenas e, com a mudança radical do projeto e alteração do local de sua implantação, passa a alagar outras áreas, férteis e cultivadas, de centenas de famílias de outros brasileiros, brancos, negros, amarelos e de diversas outras etnias, que lá produziam.

Afinal, qual a diferença entre brasileiros índios e brasileiros não índios? Simples, defender brasileiros que não sejam indígenas não dá visibilidade na mídia e, além disso, alagar as áreas onde estavam produzindo impede que façam concorrência comercial no mercado agrícola mundial. Por outro lado, a despeito do espanto dos politicamente corretos, atualmente tão em voga, o fato é que, alagar terras onde vivem poucas famílias indígenas, alocando-as para outras áreas, além de não prejudica-las, não afetará as exportações do agronegócio brasileiro, extremamente competitivo em relação ao de qualquer outro país, e responsável por praticamente quarenta por cento de tudo o que o país exporta.

Mesmo após a demarcação de centenas de milhares de hectares de terras para os índios, atualmente o Mato Grosso do Sul vive momentos de muita tensão, pois possui a segunda maior população indígena do país que, incentivados por pessoas não índias, estrangeiros e funcionários da FUNAI e do Cimi - Conselho Indigenista Missionário, um braço da Igreja Católica, começaram a invadir terras de produtores rurais.

CONT.



São mais de trinta propriedades rurais, totalizando 17.000 hectares, invadidas por índios, abrindo a possibilidade de um derramamento de sangue entre irmãos, todos brasileiros, mas inflamados por estrangeiros e cidadãos inescrupulosos como os dirigentes da FUNAI, que sabem perfeitamente, nos termos da Constituição Federal, somente é considerada terra indígena aquela que estivesse OCUPADA por índios em 05 de Outubro de 1988, sendo de 05 (cinco) anos, a contar de tal data, o prazo determinado pela Constituição para que essas áreas fossem demarcadas em todo o território nacional.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, quando do julgamento do caso da área Raposa Terra do Sol, em Roraima, que TERRA JÁ DEMARCADA NÃO PODERÁ SER AUMENTADA, ou - conforme declarações de ministros da própria Suprema Corte -, o pleito por áreas jamais teria fim.

Tanto a FUNAI como o Cimi exploram a miséria dos índios para, através deles, manter seus empregos e visibilidade na mídia, pois o confinamento de índios brasileiros em reservas só é desejado por membros desses órgãos. Os índios brasileiros, como todos os outros brasileiros, não querem viver confinados, desejam progresso, educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura e diversão.

Após o marco temporal determinado pela Constituinte, as áreas indígenas passaram de 14 para 125 milhões de hectares no país, um aumento de 793%, mas, por continuarem confinados, sem nenhuma perspectiva de futuro, os índios continuam na miséria, se matando, bebendo, se drogando e se prostituindo, o que comprova não ser essa a solução.

Todo o agronegócio brasileiro ocupa hoje somente 28% do território nacional, enquanto as áreas nas mãos do INCRA, IBAMA e FUNAI somam 50% do total de 850 milhões de hectares de nosso país.

A demarcação de mais terras e o derramamento de sangue entre brasileiros, índios ou não, é desejo exclusivo de estrangeiros com interesses escusos e dos brasileiros imbecis, corruptos ou criminosos.

*João Bosco Leal é jornalista e empresário



Profissionais estrangeiros que vão atuar no Mais Médicos conhecem a Casa de Saúde Indígena de Brasília

SÍTIO PLANALTO.GOV.BR, 09.09.2013

Os 45 médicos com formação no exterior participantes do programa Mais Médicos e que vão atender a comunidades indígenas nas regiões Norte e Nordeste visitaram na sexta-feira (6) a Casa de Saúde Indígena do Distrito Federal. As chamadas Casais são estruturas preparadas para abrigar pacientes indígenas durante tratamento na rede pública de saúde. No encontro, os médicos tiveram seu primeiro contato com indígenas de diversas etnias como Yanomamis, Kuikuros e Xavantes.

A visita faz parte do módulo de acolhimento e avaliação de que estes profissionais estão participando desde a chegada ao Brasil e que durará até o dia 15 de setembro. A maioria (91%) deles atuará em municípios do Norte e do Nordeste. Esses profissionais serão direcionados para 219 localidades (206 municípios e 13 Dseis).

Os médicos foram recebidos pelo secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, que apresentou o funcionamento da área. "Para nós é uma honra receber profissionais que solidariamente responderam ao nosso chamado para atender locais com escassez de médicos", afirmou Alves de Souza.

O médico cubano especialista em medicina integral Ângelo Domingues afirmou que essa é uma oportunidade de troca de conhecimentos. "Para nós, a medicina é um sacerdócio, uma vocação. Não existe melhor pagamento do que um sorriso e o agradecimento de um paciente de quem tratamos", disse o profissional.

Casas de Saúde Indígena

As Casas de Saúde Indígena (Casais) são estruturas preparadas para abrigar pacientes indígenas durante tratamento de saúde na rede pública de Saúde. Durante a estada nas Casais, os indígenas recebem acompanhamento de enfermeiros e psicólogos, além de ter medicamentos, alimentação e transporte até a unidade de saúde em que realiza o tratamento. Atualmente, o país conta com 68 Casais.

Fonte: Portal Planalto com informações da Funai



Médicos cubanos vão para aldeias e temem problemas com a língua indígena

SÍTIO BOL, 09.09.2013

Bernardo Madrazo, um médico cubano que trabalhou na África, Guatemala e Venezuela, se prepara juntamente com dezenas de compatriotas para trabalhar nas aldeias indígenas mais distantes da Amazônia, que os médicos brasileiros não querem ir.

"A Amazônia será muito diferente do que fiz antes. Estou muito animado", explica este afro-cubano procedente de Cienfuegos, 47 anos e 23 de experiência médica (dois na Guatemala, dois no Lesoto e quatro na Venezuela). Seu destino será o Vale do Javari, uma área de tribos isoladas na fronteira com o Peru.

O governo de Dilma Rousseff lançou o programa Mais Médicos para preencher 15 mil vagas nas regiões remotas e pobres do país. Serão 4.000 médicos cubanos e centenas de argentinos, venezuelanos, espanhóis e portugueses.

"O principal problema será a língua. Estudamos muito português, mas os indígenas não falam português, vamos ter que aprender suas línguas", explica Ania Ricardo, outra cubana que passou três anos em bairros pobres e violentos de Caracas e que agora irá para uma aldeia no rio Solimões, na Amazônia.

Junto com outros 40 compatriotas que chegam ao Brasil com um contrato de três anos, Madrazo e Ricardo tiveram seus primeiros contatos com indígenas brasileiros na última sexta-feira (6), com um treinamento na Casa de Saúde Indígena, a 25 km de Brasília, um local que abriga pacientes submetidos a tratamentos e cirurgias complicados em todo o país.

Ruberilson, 12, dono de um belo sorriso e grandes cicatrizes escondidas por um boné, caminha batendo com sua bengala entre os cubanos depois de ter ficado cego há alguns meses. Ele se comunica em idioma ianomami.

"Era um tumor benigno, mas demorou a ser atendido e afetou o nervo óptico. Será difícil seu retorno para a aldeia ianomami, porque é uma sociedade onde cada um tem sua função, pescar, caçar", explica uma encarregada do curso para os cubanos.

Doença do espírito

"O governo está determinado a dar prioridade à saúde indígena e cobrir estas praças muitas vezes rejeitadas pelos médicos brasileiros porque são áreas muito remotas e que requerem uma habilidade para tratar com uma cultura e hábitos muito diferentes", explica à AFP Antonio Alves de Souza, secretário de Saúde Indígena do governo brasileiro.

"São culturas que consideram o pajé como um médico e acreditam que a doença é do espírito
CONT.



e não do corpo. Não pode chegar alguém com essa visão de que a ciência do homem branco domina o mundo", explica.

A melhoria dos serviços de saúde pública foi uma das grandes reivindicações das manifestações que tomaram as ruas do Brasil em junho. Mas o programa também gerou controvérsia.

Apesar de os médicos estrangeiros irem para as praças em que os brasileiros não vão, alguns deles foram recebidos nos aeroportos com vaías e declarações racistas.

A polêmica surgiu porque os cubanos recebem apenas parte dos R\$10 mil reais que o Brasil paga, uma vez que o dinheiro é destinado ao governo de Havana. "Em Cuba, temos tudo garantido pelo Estado, eu não paguei um centavo para me formar, é nosso sistema, como também nos incutem a solidariedade de sair para exercer (a medicina) fora", explica Ania Ricardo.

Sétima economia do planeta, o Brasil tem uma taxa de 1,8 médico por 1.000 habitantes, menos que Argentina (3,2) ou Grã-Bretanha (2,7).

"A saúde no país estava cada vez mais precária. Realmente precisamos destes médicos estrangeiros que talvez incentivem nossos médicos a trabalhar melhor e quererem ir a locais distantes", diz Kenia Gomes de Matos, enfermeira da Casa de Saúde Indígena.



Nota Pública de Apoio aos Tupinambá

SÍTIO CEDEFES, 09.09.2013

Nós, docentes e membros do COLEGIADO da Licenciatura Intercultural Indígena -- LINTER - e a Direção Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia -- IFBA, campus Porto Seguro, tornamos público o nosso apoio aos Tupinambá do Sul da Bahia, em decorrência das ações violentas que vêm ocorrendo contra eles nos municípios de Buerarema e Ilhéus (Oliveira).

Os conflitos ocorridos entre índios Tupinambá e fazendeiros têm se agravado em decorrência dos impasses e morosidade do Estado na definição quanto ao reconhecimento do território indígena. Tais indefinições têm desencadeado ações arbitrárias e opressoras que evoluem a cada dia para níveis intoleráveis de violência, medo e insegurança. Os fazendeiros estão utilizando ações violentas. Segundo os noticiários da imprensa local, casas indígenas são incendiadas por bandos armados e encapuzados, um ônibus escolar, que atende as crianças da Comunidade de Serra do Padeiro, foi alvejado, provocando a suspensão das aulas na escola indígena em todo o sul da Bahia, um carro da SESAI foi incendiado, além da queima de produtos comercializados pelos indígenas como meio de subsistência.

Essas arbitrariedades sofridas pelos Tupinambá da região representam uma violação aos direitos básicos referentes à dignidade humana e respeito à diversidade étnica assegurados pela Constituição Brasileira, além de ser um retrocesso na credibilidade das Instituições Democráticas.

Diante do exposto, solicitamos ampla divulgação deste documento por parte da imprensa e ações imediatas do poder público contra os atos de violência e arbitrariedades promovidas.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/CAMPUS DE PORTO SEGURO/IFBA

COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

*COORDENAÇÃO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA *

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA/CAMPUS DE PORTO SEGURO/IFBA



Boletim de Notícias - Edição nº 164 / 2013

Brasília, 10 de setembro de 2013.

UEMS oferece curso de extensão sobre a questão indígena

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 09.09.2013

Estão abertas as inscrições para o curso de extensão "A questão indígena em Mato Grosso do Sul: a informação como instrumento de visibilização dos povos indígenas" aprovado pelo programa de extensão/Proext do MEC.

O curso visa capacitar professores, alunos de licenciaturas e gestores escolares para implementar a temática no âmbito escolar atendendo a lei 11645/08, e minimizar o desconhecimento desta questão.

Serão tratados temas que abordam História, Direito, Sustentabilidade e Educação Escolar Indígena, em 40 horas. O curso ocorrerá aos sábados, na UEMS, e iniciará no dia 21 de setembro. Para mais informações e inscrições enviar e-mail para visibilidade@uems.br ou no telefone 3902-2635.

Fonte: UEMS



Equipes atendem famílias da área rural e indígena para cadastro de benefício

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 09.09.2013

A equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Francisco iniciou este mês, o trabalho de verificação cadastral de 70 famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família que vivem na área rural e nas comunidades indígenas de Boa Vista.

Até o dia 20, serão visitadas as comunidades indígenas Lago Grande, Milho, Ilha, Vista Nova, Vista Alegre, Mauxi, Serra da Moça, Truaru, Morcego, Truaru da Cabeceira, além do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Monte Cristo, Água Boa e Passarão. A verificação cadastral atende a demanda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

“Essas famílias vivem em área de difícil acesso e muitas estão com o benefício bloqueado. O compromisso da prefeita Teresa Surita é atender as pessoas que mais necessitam, por isso, as equipes fazem esse trabalho periodicamente para garantir que esses cadastros sejam regularizados e que elas não percam o benefício”, afirmou a secretária municipal de Gestão Social, Tarciana Xavier.

Resultados

Boa Vista foi o primeiro município brasileiro a beneficiar famílias indígenas com o programa Bolsa Família, uma conquista alcançada na terceira gestão de Teresa Surita como prefeita. Hoje, são 22.846 famílias beneficiadas pelo programa, sendo 959 nas comunidades indígenas e 1.870 na área rural. O Município também é referência no acompanhamento das condições de saúde, tendo alcançado neste primeiro semestre o índice histórico de 99,61% de famílias atendidas desde a implantação do programa.